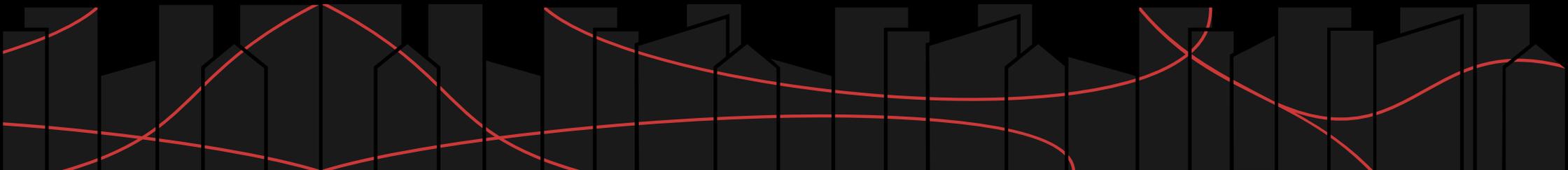


VII SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS

Pesquisas, Instituições e

Sociedade nas Tramas de Crise



VII Seminário Observatórios
Pesquisas, Instituições e Sociedade nas Tramas de Crise

Universidade do Vale do Rio do Sinos - UNISINOS
Reitor Pe. Marcelo Fernandes Aquino, SJ
Vice-reitor Pe. José Ivo Follman, SJ



VI Seminário: Democracia, Políticas Públicas e Informação

Comissão Técnico-Científica

Ms. Álvaro Santi – Observatório da Cultura de Porto Alegre
 Ms. Cristina Maria dos Reis Martins – Fundação de Economia e Estatística
 Dra. Daniela Garcez Wives – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Ms. Hélios Puig Gonzalez – Fundação de Economia e Estatística
 Esp. Liane Rose Reis Garcia Bayard das Neves Germano – Observatório da
 Cidade de Porto Alegre
 Profa. Dra. Marilene Maia – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Bel. Rodrigo Rodrigues Rangel – Observatório da Cidade de Porto Alegre
 Ms. Salvatore Santagada – Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul

VI Seminário: Democracia, Políticas Públicas e Informação

Organizadores

Ms. Álvaro Santi – Observatório da Cultura de Porto Alegre
 Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Ms. Cristina Maria dos Reis Martins – Fundação de Economia e Estatística
 Dra. Daniela Garcez Wives – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 Prof. MS. Gilberto Faggion – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Ms. Hélios Puig Gonzalez – Fundação de Economia e Estatística
 Prof. Dr. Ignácio Neutzling – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 João Batista Santos Conceição – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Esp. Liane Rose Reis Garcia Bayard das Neves Germano – ObservaPOA
 Pedagoga e Pesquisadora do Observatório da Cidade de Porto Alegre
 Profa. Dra. Marilene Maia – Universidade do Vale do Rio dos Sinos
 Bel. Rodrigo Rodrigues Rangel ObservaPOA
 Ms. Salvatore Santagada – Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul
 Dra. Susana Maria Rocca – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Apoio

Programação de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Programação de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

VII Seminário Observatórios: pesquisas, instituições e sociedade nas tramas de crise (6: 2017: Porto Alegre, RS) Seminário observatórios: democracia, políticas públicas e informação / Organização de Lisandra Canez Drower, João Santos Conceição; Universidade do Vale do Rio dos Sinos; Instituto Humanitas Unisinos – Porto Alegre; 2017. Evento realizado na UNISINOS, em Porto Alegre, 30 e 31 de outubro de 2016. ISSN 2237-9932 Anual ObservaSinos: Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos. 1. Observatórios. 2. Pesquisas. 3. Instituições 4. Sociedade. 5. Crises. I. Drower, Lisandra Canez, (Org). II. Conceição, João Batista Santos (Org.). III. IV. Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Diagramação: Lisandra Drower/ObservaPOA

Assistente de Diagramação: Luis Enrique Martirene/ObservaPOA.

Edição de Vídeo (pág. 29): Luis Enrique Martirene/ObservaPOA.

Apresentação

O VII SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS: PESQUISAS, INSTITUIÇÕES E SOCIEDADE NAS TRAMAS DA CRISE dá sequência à tematização de interesse de um coletivo de Observatórios com atuação no campo social comprometido com a organização e democratização das informações, assim como com a afirmação de políticas públicas no contexto da sociedade contemporânea. O evento dá continuidade aos seis Seminários anteriores, que objetivaram promover o estudo e o debate sobre o papel dos Observatórios, suas metodologias e impactos. Este espaço de formação e articulação desde 2013 apontou para a constituição da REDE DE OBSERVATÓRIOS SOCIAIS, que assumiu a realização deste evento, assim como um conjunto de outras ações que apontam para o fortalecimento dos observatórios sociais como ferramentas estratégicas de afirmação da democratização do Estado e da sociedade brasileira.

O primeiro seminário garantiu o aprofundamento desta temática geral em 2011. O segundo, realizado em 2012, dedicou-se à mesma temática, destacando o papel do Estado e da sociedade em meio à atuação dos Observatórios. A terceira edição do seminário foi implementada em 2013 com o aprofundamento dos temas da democracia e transparência. Em 2014, foi promovido o quarto seminário, que analisou as metodologias e impactos da atuação dos observatórios em relação aos territórios. O quinto seminário promoveu o debate acerca dos dados e participação junto aos territórios. O penúltimo seminário teve como objetivo analisar as metodologias e impactos dos Observatórios, em vista de fortalecer o seu protagonismo nos processos de afirmação da democracia, das políticas públicas e da informação na sociedade brasileira contemporânea.

A Rede de Observatórios tem viabilizado um conjunto de ações e articulações, assumindo entre suas atividades a realização da sétima edição do Seminário. A proposta metodológica do evento aponta o desafio do diálogo entre os Observatórios, pesquisadores e militantes envolvidos diretamente na rede, assim como outros observatórios com atuação nos diferentes territórios brasileiros. Para tanto, com as presenças dos assessores convidados e dos participantes pretende-se ampliar o debate em relação às crises e seus impactos aos Observatórios e suas interfaces com as instituições, pesquisas e sociedade.

No cenário contemporâneo considera-se indispensável o fortalecimento dos observatórios, enquanto ferramentas e instâncias de análise e problematização da democracia e de tudo que a envolve.

Objetivo Geral

Analisar transdisciplinarmente os desafios e as potencialidades dos observatórios, em meio às relações com a pesquisa, com as instituições e com a sociedade no contexto das tramas das crises contemporâneas.

Objetivos Específicos

Reunir e articular experiências, análises e projeções dos observatórios com atuação na sociedade brasileira;

Aprofundar os determinantes e expressões da crise contemporânea, identificando-as nas experiências dos observatórios;

Caracterizar, problematizar e potencializar a atuação dos Observatórios em meio às pesquisas, às instituições e à sociedade, em vista da indicação de perspectivas para o seu protagonismo em meio às crises contemporâneas

PROGRAMAÇÃO

clique nos tópicos e *assista aos vídeos do seminário!*

30/10/2017 - Segunda

16h

Roda de Conversa dos Observatórios: reconhecendo e articulando experiências

18h15min

Lançamento das produções dos Observatórios

19h30min

Conferência: A Sociedade nas Tramas das Crises Contemporâneas
 Conferencista: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares - Observatório das Metrópoles, Prof. Dr. Carlos Paiva - Fundação de Economia e Estatística - FEE e Cezar Miola - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul - TCERS



Foto: ObservaSinos

31/10/2017 - Terça

8h30min

Apresentação de trabalhos

13h

Painel I: Observatórios e suas relações com pesquisas, instituições e sociedade

Presenças: Observatórios da Governança das Águas (MT); Bibliotecas comunitárias e Observatório da Cultura de Porto Alegre;

Povos Indígenas e Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN).

15h30min

Painel II - Observatórios e suas relações com pesquisas, instituições e sociedade

Presenças: Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares (Fiocruz);

Orçamento Participativo e ObservaPOA (PMPA); Observatório das Metrópoles; Observatório da Segurança.

17h

Sistematização e encaminhamentos

18h

Encerramento

Roda de Conversa

A Roda de Conversa entre Observatórios tem sido o primeiro momento dos Seminários da Rede, onde se reconhece a ação/ produção das/os presentes e se promove possíveis articulações das experiências apresentadas. Nesta edição do Seminário, foram doze Observatórios que se apresentaram tendo como tema os cenários vividos pelos Observatórios nas relações com instituições, pesquisas e sociedade.

ObservaSinos

O Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos é um programa do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, demandado por gestores governamentais e da sociedade civil do Vale do Sinos, assim como pela comunidade acadêmica a partir da necessidade de acesso facilitado a indicadores socioeconômicos dos municípios e região, para a qualificação dos seus processos de cidadania no campo regional das organizações, políticas e projetos sociais.

O ObservaSinos tem trabalhado com temas emergentes e entre os desafios no trabalho desenvolvido, coloca-se a rotatividade da equipe e o acesso às/aos sujeitos das políticas públicas.

ObservaPOA

O Observatório da Cidade de Porto Alegre é uma ação prevista no Plano Plurianual e disponibiliza uma ampla base de informações georreferenciadas sobre o município de Porto Alegre contribuindo para a consolidação da participação cidadã na gestão da cidade. A maior parte das informações disponibilizadas por regiões e bairros tem um papel pedagógico e político fundamental. Trata-se de reforçar a identidade do local, promovendo o sentido de comunidade nas pessoas e nas famílias.

O ObservaPOA tem atuado com recursos mínimos e uma equipe reduzida que tem mantido pesquisas anuais sobre perfil da cidade,

disponibilizado 180 indicadores sobre a capita do RS e gerado informações que buscam qualificar a gestão participativa: Orçamento Participativo, Conselhos Municipais, Governança Local, Relações Institucionais.

Observatório de Vigilância em Saúde de Porto Alegre

O Observatório é parte da Secretaria de Saúde da Prefeitura de Porto Alegre, tendo como: Disponibilizar informações georreferenciadas de dados epidemiológicos, ambientais e sanitários da cidade de Porto Alegre; Estimular e divulgar análises, estudos e pesquisas; Constituir uma rede de informação de vigilância em saúde; Realizar capacitações para utilização das ferramentas e informações disponíveis pelo Observatório.

Junto a estes objetivos, se busca oferecer informações para moradoras(es) sobre o ambiente epidemiológico da cidade.

Observatório de Cultura de Porto Alegre

O Observatório tem atuado com uma pessoa trabalhando e sem recursos financeiros previstos no orçamento da Prefeitura de Porto Alegre. É uma iniciativa da assessoria de estudos e pesquisas da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, com a missão de ser um centro de referência para a tomada de decisões em Política Cultural e a promoção da importância da cultura e das artes para o desenvolvimento, através da produção, estudo e difusão da informação.

Observatório Segurança Pública de Canoas

Foi implementado, inicialmente, com recursos advindos do Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI), da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, e da Prefeitura Municipal de Canoas.

Roda de Conversa

Posteriormente Tornou-se política pública mediante sua institucionalização, através da Lei Municipal n.º 5386, com o objetivo de qualificar e aperfeiçoar as atividades realizadas pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M).

O Observatório é co-gerido pela Fundação La Salle, que é responsável pelo projeto técnico. A equipe foi reduzida na renovação do contrato entre as instituições.

Observatório Segurança Pública de São Leopoldo

Vinculado à Prefeitura Municipal de São Leopoldo, sua equipe é composta por Guardas Municipais. Entre os desafios está o acesso a dados sobre a realidade da cidade.

Observatório de Políticas Públicas da Região do COMPERJ (OPP COMPERJ)

Projeto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Campus São Gonçalo, desde 2009. Há o envolvimento de estudantes do Ensino Médio no trabalho do Observatório, no entanto houve corte de bolsas e há rotatividade da equipe, o que dificulta o desenvolvimento das ações. Realizaram pesquisa sobre as condições de trabalho de trabalhadoras/es do COMPERJ, com publicação online.

Observatório Objetivos do Milênio/ Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

A partir de estudos realizados no âmbito da Fundação de Economia e Estatística, este observatório está se estruturando como espaço de qualificação de dados referente aos Objetivos do Milênio e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Observatório de Direitos Humanos - ODH da UFSM

Observatório da Universidade Federal de Santa Maria/ RS gerido de forma conjunta pela Coordenadoria de Ações Educacionais, por meio de seu Observatório de Inclusão e de seu Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas, e a Pró-Reitoria de Extensão, através de seu projeto estratégico "Direitos Humanos e Justiça". A equipe é formada por professor e um bolsista, buscam realizar atividades em escolas, tendo como objetivo ampliar o debate sobre o tema e estimular a participação de docentes, estudantes, técnicos administrativos e comunidade em geral em ações e reflexões em Direitos Humanos.

Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional - OBSSAN

O OBSSAN é um espaço de diálogo entre o Conselho de Segurança Alimentar do Rio Grande do Sul (CONSEA-RS), academia, instituições de ATER, setores governamentais e a sociedade civil para o estabelecimento de um fluxo de informações, atualizadas periodicamente, sobre as condições em Segurança Alimentar e Nutricional nos municípios. Igualmente, subsidia a produção acadêmica e a gestão de políticas que promovam as condições para que todos os sujeitos exerçam o seu direito de garantir uma alimentação adequada e saudável. Com uma equipe de 10 integrantes, está sediado no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar e Nutricional (NESAN/PGDR/UFRGS) e é coordenado pelo NESAN, o CONSEA-RS e a EMATER, que integram, inicialmente, seu Comitê Gestor.



Roda de Conversa

Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas - OBTEIA

OBTEIA avalia e contribui para implantação da Política de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas por meio de uma Teia de Saberes e Práticas envolvendo intelectuais engajadas/os, pesquisadoras/es populares dos movimentos sociais do campo, da floresta e das águas e os gestoras/es e trabalhadoras/es do Sistema Único de Saúde (SUS). Está numa segunda etapa de atuação, com a retomada em 2017 de projeto junto ao Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília, articulado em rede a outros observatórios de equidade em saúde atuantes no mesmo projeto.

Observatório de Justiça SocioAmbiental

Criado pela Província dos Jesuítas do Brasil – BRA para observar em profundidade as grandes questões emergentes da realidade conflitiva e contraditória, em vários âmbitos e territórios, se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação de forma a colocar em sinergia todo o potencial acumulado na Rede Jesuíta, buscando, sobretudo, uma interlocução contínua com os diversos atores dentro e fora da Igreja.



Foto: ObservaSinos

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

30 de Outubro de 2017, Unisinos, Porto Alegre.

Painel 1 – A Sociedade nas Tramas da Crise Contemporânea

O VII Seminário Observatórios, organizado pela Rede de Observatórios e protagonizado pelo Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale dos Sinos (Observasinos), adotou como tema em sua última edição o aprofundamento da crise vivida pelo estado brasileiro. A partir deste cenário, propunha pensar qual o papel dos observatórios frente a este contexto.

Ao fim do primeiro dia de atividades foi realizado o painel “A sociedade nas tramas das crises contemporâneas”, com mediação de Álvaro Santi, do Observatório de Cultura de Porto Alegre, a mesa contou ainda com os painelistas, Prof. Dr. Carlos Paiva da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Bel. Cezar Miola, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e o Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares, do Observatório das Metrópoles.

Abrindo a mesa, o Prof. Dr. Carlos Paiva direcionou sua fala para uma construção histórica do conceito de crise. A partir de uma perspectiva econômica localizou a crise como sendo ocidental, e não necessariamente global. Sua intensificação se dá por uma perspectiva de crescimento focada no consumo. Em razão disso, quedas na produção afetam diretamente a distribuição de renda e concomitantemente, a capacidade de consumo. Com a produção se tornando insustentável surge o cenário de crise. Em suas críticas, Paiva sugere que o fortalecimento de produtos variados, podendo ser exportados, fortaleceria o poder financeiro do país, surgindo como uma alternativa a crise.

Em defesa dos observatórios e dos centros de análises de dados, Paiva relembra o episódio envolvendo a extinção da FEE e a importância que isto tem frente a sociedade. Uma forma de combate a crise, para o painalista, seria o acesso a bases de dados e informações qualificadas. O cuidado com a manipulação destas informações também foi ressaltado, podendo esta ferramenta se tornar perigosa caso seja mal gerida.

Na sequência foi a vez do conselheiro-ouvidor do TCE-RS, Cezar Miola, dar continuidade ao evento. Miola abordou o tema da transparência e controle na gestão pública. Partindo do artigo primeiro da Constituição, onde diz que todo poder emana do povo, construiu sua arguição em torno desta questão. Em sua apresentação, ressaltou a importância da transparência dos dados por parte dos órgãos públicos perante a sociedade. A partir de um breve histórico sobre a consolidação da Lei de Acesso a Informação, Miola trouxe as dificuldades que ainda perduram na sua aplicação real. Para ele o acesso a bases de dados por parte da população é primordial para promover o engajamento e comprometimento da sociedade com estado.

Para Cezar Miola a transparência em relação aos dados e informações de órgãos públicos e estado, é uma característica das nações com elevado aperfeiçoamento do processo democrático. A consolidação destas práticas está ligada ao amadurecimento das instituições democráticas do país.

Dando fim ao painel foi a vez do Prof. Dr. Paulo Roberto realizar sua apresentação. O professor do departamento de pós-graduação em Geografia da UFRGS e Coordenador Regional do Observatório das Metrópoles, do núcleo de Porto Alegre, trouxe à pauta do evento um alerta sobre a nova onda ultraconservadora que está tomando o Brasil. Alertou pa-

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

ra o cuidado que se deve ter ao se afirmar como liberais os participantes deste movimento, uma vez que, embora no sentido econômico existam sim ideias liberais, na questão dos costumes da sociedade, a posição deste novo ator político é extremamente reacionária e conservadora. Estas tendências acabam repercutindo na sociedade, em especial nas metrópoles e na crise em que nela se instaura. A normatização do “homem-empresendedor” que se afirma através de uma consolidação da razão competitiva acirra este movimento nas metrópoles. Como resultado destes processos nós vemos a violência urbana e a consolidação de uma sociedade violenta. Contribui para este processo o desemprego e a precarização dos postos de trabalho, que aparecem nos centros urbanos e nos municípios.

Ao fim da exposição dos painelistas foi organizado um debate entre os presentes. Mediado por Álvaro Santi, os participantes do seminário puderam comentar e fazer perguntas aos expositores. Como resultado das reflexões deste painel, ficou a necessidade do uso de informação qualificada para compreender e combater a crise. Os observatórios, neste contexto, são primordiais para sistematização e análise de dados e lhes cabe o papel de difundir estas informações na sociedade, promovendo a transparência e incentivando o pensamento crítico nos espaços em que atua.

Jonathan Madeira, OSPC – 29/03/2018.



Foto: ObservaSinos



Foto: ObservaSinos

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

31 de Outubro de 2017, Unisinos, Porto Alegre.

Painel I – Seminários e suas relações com pesquisas, instituições e sociedade

Participantes:

Ricardo Novaes - Observatórios da Governança das Águas (OGA BRASIL)

Fábio Cunha - Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do RS (SATED-RS)

Álvaro Santi - Observatório da Cultura (Prefeitura de Porto Alegre)

Rodrigo Rasia Cossio - Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN/UFRGS)

Mediação de Rodrigo Rangel (ObservaPOA)

Relatoria de Álvaro Santi (Observatório da Cultura)

1. Observatório da Governança das Águas (OGA BRASIL)¹

Ricardo Novaes apresentou o Observatório da Governança das Águas (OGA), que tem como característica, em relação a outros observatórios, ter sido criado de maneira vinculada a uma política específica, o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) - Lei Federal 9.433/1997.

O OGA é gerido por uma rede de instituições - da sociedade civil, setor privado e setor público - que atuam, regulam ou fiscalizam a gestão dos recursos hídricos no país. Sua missão é gerar, analisar, sistematizar e difundir informações das práticas de governança das águas pelos atores sociais envolvidos e instâncias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), previsto na criação do PNRH.

Ao completar 20 anos, o PNRH consolidou importantes avanços como o reconhecimento do valor estratégico da água para a sustentabilidade e de princípios como a participação, a transparência e a descentralização para a sua gestão em prol do bem público. O OGA constitui sua principal ferramenta de monitoramento, com vistas ao fortalecimento e a gestão democrática do Sistema.

Já durante os anos iniciais de implementação da PNRH, verificou-se a necessidade de monitorar e acompanhar esse processo. A partir de 2005, uma série de atividades reflexão reúne os vários atores do Singreh, em prol do seu fortalecimento. Em 2012, quando todos os estados já haviam aprovados suas Políticas Estaduais de RH, uma análise sobre a governança do Sistema de Recursos Hídricos, produzida pela WWF Brasil, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e com a contribuição de diversos participantes do Sistema, sugeria a instituição de um observatório. No ano seguinte, foi elaborado o documento *Governança dos Recursos Hídricos: propostas de indicadores para acompanhar sua implementação*².

Em 2014, a partir de uma pesquisa junto aos participantes do Singreh em 12 estados, entre atores do Poder Público, Sociedade Civil e usuários, foi elaborado o Documento Base do OGA³, contendo sua missão, princípios, objetivos e atividades, validado no ano seguinte. Desde então, o Observatório segue no seu objetivo de ampliar a participação de instituições na coleta de dados e, em consequência, sua representatividade no setor, chegando a 76 instituições no final de 2015. No ano seguinte, inicia a elaboração de um plano de negócios, com propostas para um modelo de governança, aprovado após consulta pública. Foi estabelecida uma Secretaria-Executiva provisória e criado um Termo de Adesão e Compromisso, a ser firmado por todas as organizações participantes.

¹ <http://www.observatoriodasaguas.org>

² http://www.observatoriodasaguas.org/publicacoes/id-612787/governanca_dos_recursos_hidricos__proposta_de_indicadores_para_acompanhar_sua_implementacao

³ http://www.observatoriodasaguas.org/publicacoes/id-614023/documento_base_do_observatorio_da_governanca_das_aguas

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

2. Observatório da Cultura de Porto Alegre

Álvaro Santi apresentou o blog do Observatório da Cultura⁴, que juntamente com a página no *Facebook*⁵ constituem a principal ferramenta de comunicação do Observatório da Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre (SMC). Os conteúdos veiculados pelo Observatório, de produção própria ou compartilhados de outras fontes, dirigem-se especialmente à comunidade cultural de Porto Alegre: artistas, produtores, gestores, técnicos e outros profissionais e ativistas da área (Embora tenha um grande número de seguidores de outros estados e países vizinhos, pelo amplo interesse dos conteúdos para esse segmento).

Alguns exemplos de informações que o Observatório da Cultura disponibiliza dizem respeito aos orçamentos públicos para a cultura (legislação e execução orçamentária), pesquisas diversas (consumo cultural, impactos sociais e econômicos, etc.) e avaliação de políticas culturais, bem como oportunidades de fomento (editais), formação, eventos científicos e publicações na área. Foram destacados alguns dados da pesquisa do Observatório intitulada *Usos do Tempo Livre e Práticas Culturais*⁶ (2015), para a qual foram entrevistados 1220 porto-alegrenses sobre seus hábitos em relação a frequência a teatros, cinemas, leitura e outras atividades de lazer. Seus resultados fornecem informação útil para o planejamento das políticas de cultura locais, no sentido de ampliar os públicos dessas manifestações culturais, que permanece restrito e bastante elitizado em muitos casos, mesmo quando não há cobrança de ingressos.

Outros estudos são publicados ocasionalmente sob a forma de artigos, apresentados em eventos científicos ou compartilhados no blog. Alguns exemplos dizem respeito à composição e funcionamento de conselhos municipais de cultura; à evolução dos orçamentos públicos de cultura nas três esferas de governo; ou à execução orçamentária da SMC, especialmente dos fundos orçamentários Fumproarte e Funcultura nos últimos anos, em relação à legislação que determina lhes sejam destinados valores não inferiores a 3% do repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebido pela Prefeitura anualmente.

3. Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do RS (SATED-RS)⁷

Fábio Cunha, presidente do Sated-RS, trouxe um depoimento relacionado ao uso dos dados produzidos e divulgados pelo Observatório da Cultura, os quais geralmente não estão acessíveis ou, quando estão, não são encontrados facilmente nas fontes originais, ou são difíceis de interpretar para o cidadão comum. Tais informações constituem ferramenta útil para discussão de políticas públicas entre a classe artística e com as autoridades do Executivo e Legislativo.

Citando o estudo mencionado anteriormente, sobre o Fumproarte e o Funcultura, a estimativa feita pelo Observatório aponta para um valor mínimo de R\$ 7,5 milhões para 2017, enquanto a Lei Orçamentária Anual destinou somente R\$ 1,2 milhão. O assunto já foi objeto de duas audiências públicas na Câmara de Vereadores, e ainda terá desdobramentos.

⁴ <http://culturadesenvolvimentopoa.blogspot.com>

⁵ <http://www.ufrgs.br/obssan>

⁶ <http://culturadesenvolvimentopoa.blogspot.com.br/2015/08/usos-do-tempo-livre-e-praticas.html>

⁷ <http://satedrs.org.br>

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

Em relação ao orçamento total da SMC, outro levantamento do Observatório identificou uma tendência à redução desses recursos, conforme o Plano Plurianual recentemente aprovado pelo Legislativo, para o quadriênio 2018-2021, para cujo último ano está previsto um orçamento de 0,63% do total da despesa do Município. Esse dado é preocupante, se considerarmos que o atual orçamento representa 0,94%, e mais ainda se levarmos em conta os patamares mínimos estabelecidos nas Conferências Nacionais de Cultura que orientaram a redação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, que preconiza um mínimo de 1,5% em Cultura para os municípios.

Todos esses recursos públicos financiam ou deveriam financiar políticas públicas que, além de ampliarem o acesso da população às artes, em consequência proporcionam trabalho e renda para os diversos profissionais (artistas, técnicos, gestores e uma série de fornecedores) envolvidos. Sua redução preocupa a categoria, principalmente num momento de crise econômica como o atual, e ainda mais quando a isso se somam episódios de censura, que vem se multiplicando no país, como no caso da exposição *Queer Museum*, cujo fechamento pelo Santander Cultural, um mês antes do previsto, provocou a suspensão dos contratos de diversos profissionais técnicos envolvidos; ou a recente prisão de um bailarino durante uma performance numa praça em Caxias do Sul, sob suspeita de estar em surto psiquiátrico.

4. Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional (OBSSAN/UFRGS)⁸

Rodrigo Cossio apresentou o Obssan, resultado da cooperação entre o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS (PGDR), através do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Alimentar

Seus antecedentes remontam aos anos 1990, com as primeiras iniciativas relacionadas ao combate à fome no país, que mais tarde se estruturam com a criação de um Sistema Nacional (o Sisan, pela Lei 11.346/2006), do Conselho Nacional (Consea) e dos Planos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional.

O trabalho do Obssan não se limita à coleta, organização e divulgação de dados secundários, mas serve de subsídio à geração de diagnósticos nos próprios territórios, com participação da sociedade na validação dos resultados. Neste processo, frequentemente a consistência dos dados apresentados pelo Obssan é questionada pelos participantes, com base na realidade visível.

A manutenção do projeto depende ainda do apoio de bolsas – que viabilizam a participação de alunos de graduação e pós-graduação – e da área de Informática da Universidade, que criou e manteve o primeiro site do projeto.

Os indicadores utilizados abrangem oito dimensões: Participação da Agricultura Familiar na produção de alimentos; Área ocupada pela Agricultura Familiar na produção de alimentos; Estabelecimentos com uso de práticas sustentáveis na produção de alimentos; Área sob uso de práticas sustentáveis na produção de alimentos; Estabelecimentos da Agricultura Familiar envolvidos na produção de alimentos; Trabalhadores empregados na produção de alimentos; Ocupação social da terra voltada a produção de alimentos e Produção de alimentos. O novo site, desenvolvido mediante contrato com empresa externa, permite visualizar esses indicadores em mapas, por região do IBGE, por territórios rurais ou por município. É possível também fazer análises comparativas entre territórios e emitir relatórios.

⁸ <http://www.ufrgs.br/obssan>

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

Participação do público

Luiz Felipe Lacerda (OLMA): Qual a expectativa do OGA em relação ao Fórum Mundial das Águas, a ser realizado em março de 2018, em Brasília? Existe fundamento nas notícias veiculadas sobre a privatização e exploração por multinacionais do Aquífero Guarani?

Ricardo Novaes (OGA): O OGA está inscrito como instituição coordenadora das temáticas de governança do Forum, que é um evento importante, cuja repercussão e desdobramentos superam em muito o evento em si. Quanto ao Aquífero Guarani, existem problemas mais concretos e urgentes na agenda do que este, baseado em especulações, tais como a tendência de privatização do saneamento ou o crescimento do uso de água pela agricultura irrigada.

Luiz Felipe Lacerda (OLMA): Vimos os cinemas de rua serem fechados, em consequência da abertura dos shoppings, embora alguns teatros tenham sobrevivido, com programação a preços acessíveis. Existe alguma organização em defesa desses espaços públicos para as artes cênicas, incluindo o teatro de rua, com o objetivo de resistir a esse movimento?

Fábio Cunha (Sated-RS): Cito o exemplo da Usina do Gasômetro, recentemente fechada pela Prefeitura de Porto Alegre para reformas, após o que existe a intenção de transferir sua gestão para uma Organização Social, processo que deverá servir como modelo para outros teatros e equipamentos públicos de cultura. Embora não exatamente uma privatização (o bem continua sendo público), esse fato terá como consequência a redução do espaço para os grupos que até então utilizavam a Usina como sede de suas atividades. Também o Teatro de Câmara Túlio Piva encontra-se fechado há alguns anos. Além disso, recentemente houve episódios de cerceamento ao livre exercício da arte, em Porto Alegre, São

Paulo, Caxias do Sul, inclusive com a edição de legislação visando restringir esse direito constitucional. Esse quadro é bastante preocupante, pois a ameaça não atinge apenas os espaços culturais, mas os próprios criadores em seu trabalho.

Luiz Felipe Lacerda (OLMA): Existem debates que aprofundem o conceito de segurança alimentar? Além da segurança alimentar, o Obssan leva em conta a soberania alimentar, compreendida esta última como o direito não apenas a uma alimentação suficiente e mesmo saudável, mas a preservar e utilizar recursos e práticas tradicionais?

Rodrigo Cossio (Obssan): Os dados levantados pelo Obssan relativos às populações indígenas e quilombolas apontam que essas populações estão entre as mais suscetíveis à insegurança alimentar, além de terem hábitos culturais próprios, que ao serem ignorados por programas sociais geram justas críticas. E mesmo no interior dessas comunidades, existem variações destes hábitos e costumes, entre as famílias e indivíduos.

Gabriela Coelho de Souza (Obssan): O Obssan constitui-se como um espaço multidisciplinar, composto por saberes diversos, onde ocorrem disputas conceituais entre diversas áreas do conhecimento. A noção predominante, oriunda da Geografia e da Sociologia, é de que o ambiente inclui o homem, ou seja, a questão ambiental por si já engloba as relações humanas, não sendo por isso predominante na Academia o uso do termo "sócio-ambiental", que no entanto é adotado pelo Obssan com o propósito de incluir explicitamente as populações tradicionais. A discussão sobre soberania alimentar tem um paralelo com a justiça sócio-ambiental, principalmente porque a soberania alimentar (assim como a segurança alimentar) tem origem nos movimentos sociais, de ingressa na Academia. Neste espaço, gera tensões, uma vez que diversas disciplinas precisam dar conta de um objeto complexo. Uma diferença importante é que o conceito de segurança alimentar foi incorporado aos marcos legais, disciplinando o

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

olhar e a ação do Estado sobre o tema, gerando em consequência a necessidade de acompanhamento por indicadores. Já a soberania alimentar vem de um movimento social mais coeso, em termos de América Latina inclusive, porém ainda pouco trabalhado no campo acadêmico, e capaz de tensionar inclusive o próprio conceito de Estado. Ela seria a capacidade de cada povo, município, comunidade, nação, escolher qual seria a melhor forma de abastecimento, desde a produção do alimento até o consumo.

Cleber Ávila (Departamento de Planejamento de Políticas Públicas-São Leopoldo): Com relação à polêmica envolvendo a construção da Usina de Belo Monte, qual o papel do OGA nesses casos? Tem uma posição definida sobre a relação custo-benefício da obra? E em relação à construção de condomínios em áreas alagáveis como ocorre na Bacia do Rio dos Sinos, que vem aumentando os alagamentos e se percebe que houve um aumento nessas construções, não apenas aqui mas em outros lugares também?

Hélio Puig Gonzales (FEE): Qual a posição do OGA em relação à possibilidade de outorga, autorizada por lei, dos serviços públicos de água e saneamento para operadores privados, diante dos desafios da qualidade ambiental e de vida? Como a população poderia participar, manter algum controle sobre esses processos?

Cristina Martins (FEE): Como os observatórios resolveram a questão da sustentabilidade financeira? Como o OGA avalia a questão do pagamento pelo uso da água pelos grandes usuários, como para irrigação?

Gabriela Coelho de Souza (Obssan): Olhando para os modelos dos observatórios apresentados, o OGA se apresenta como um fórum, ou seja, são diversas instituições que estão lá discutindo. Como identificar o modelo de governança mais adequado? Esse modelo também alcança “para dentro” das instituições que o compõem? E outra questão, para relacionar com as “tramas da crise”: estamos vivendo dentro de um capitalismo avançado, que estaria relacionado com uma liberdade total do indivíduo, mas a gente

também sabe o quanto a arte, que representa a voz da sociedade, vem sendo sufocada dentro dessa liberdade teórica, o que é apavorante. E pensando um pouco nesse episódio ocorrido em Caxias do Sul, onde estava o diretor do espetáculo que permitiu - quer dizer, o artista se expõe porque tem uma direção que estaria junto com ele, que precisa estar muito próximo nesses espaços de exposição? Talvez a gente possa pensar um pouco nessa questão da liberdade e o papel dos observatórios dentro disso. Até que ponto os observatórios tem o papel de comunicar, de divulgar, quando eles não tem recursos pra isso; e até que ponto as instituições que os mantêm ficam confortáveis ou não dentro de um suposto sistema que não está hoje primando pela liberdade.

Ricardo Novaes (OGA): O modelo do OGA aprendeu das experiências anteriores do Observatório da Agenda Ambiental, do Observatório do Clima, até porque muitas entidades integrantes do OGA também fazem ou fizeram parte dessas iniciativas. Tem essa dinâmica de ser um observatório e também um coletivo, o que é um diferencial, um desafio, mas também enriquecedor do processo, mais do que se fosse um núcleo independente, acadêmico. E tem também a função de pactuar. A questão do financiamento, como a gente resolve? Algumas ONGs de escala nacional conseguem colocar nos seus orçamentos algum recurso para manter o OGA. No planejamento financeiro a gente está internalizando metas que são da minha entidade (WWF Brasil), mas também são do OGA. Por exemplo, a meta de refinar um indicador de governança. É uma entrega que eu tenho da entidade, mas é um produto também para o OGA. Se estabeleço uma meta na minha entidade de fazer uma avaliação da política nacional, junto aos financiadores, a mesma meta eventualmente viabiliza minha vinda para este seminário, com recursos desse projeto nosso. A WWF Brasil tem o apoio das WWF da Holanda e do Reino Unido, através de um projeto específico para apoiar a governança de águas no Brasil. A agenda nossa de governança tem uma parte de sistemas, uma agenda que passa pelo

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

setor privado, uma agenda de formação e geração de conhecimento e uma agenda específica de fortalecimento de governança. Tem um marco orçamentário que é de negociar com os parceiros e apoiadores sobre a importância da governança das águas no Brasil. A expectativa é que as outras ONGs também consigam alavancar recursos dessa forma, ao longo do processo. E ficar atento aos editais que aparecem. A gente coloca os membros da Secretaria Executiva nos projetos para viabilizar sua remuneração. Mas tem uma armadilha também, que é o risco da WWF se tornar “protagonista demais”. Se por um lado, a gente (ao aportar mais recursos) garante o processo andar, tem que ficar atento para não ocupar demais o espaço, não criar dependência. A autonomia é outra questão nossa mal resolvida. A gente avalia o sistema, meio que fingindo que não faz parte do sistema. Porque a Agência Nacional de Águas, que é do governo, também faz análise de conjuntura, da gestão, etc. Mas nós nos colocamos de fora, embora todas as entidades façam parte do sistema, mesmo a sociedade civil. Então tem uma “zona cinzenta”, onde às vezes a militância se confunde com a gestão, mas o olhar não é tão independente assim não. Quanto ao licenciamento, outorga, etc., existe uma agenda específica no sistema de recursos hídricos. Outorga, bacia, cobrança pelo uso da água, comitês, são mecanismos estabelecidos em lei, que podem ser avaliados, cobrados e fiscalizados, quanto à sua transparência, se funcionam ou não. Mas tem uma zona cinzenta, quanto ao licenciamento, à agenda do saneamento, por exemplo. A política do saneamento é independente, a gente sabe que tem que dialogar com eles, mas tem um limite. Por isso, definimos um escopo para nossas atividades, para limitar, saber até onde podemos ir. Então tem algumas políticas que a gente está mapeando, para conhecer, mas não estão na nossa agenda por falta de “pernas” para atuar, para não sermos atropelados. Tem ainda outros coletivos que a WWF faz parte, sobre assuntos relacionados, como o próprio impacto das obras de infraestrutura na Amazônia, grupo que se reúne mensalmente para trocar

informação e discutir.

Álvaro Santi (Observatório da Cultura): Gostaria de fazer uma conexão entre a liberdade artística e o financiamento público à arte como uma garantia dessa liberdade. Vivemos hoje um processo de enorme verticalização e convergência na indústria cultural em nível mundial, quando algumas corporações concentram grande quantidade e variedade de empresas de mídia impressa e eletrônica, produtoras e distribuidoras de conteúdos culturais diversos, como estúdios de cinema, jornais, editoras, emissoras de rádio e TV, etc. As salas de cinema de shoppings também são um exemplo, pois em sua maioria pertencem a redes multinacionais, o que restringe a programação conforme os interesses da indústria e dificulta a sobrevivência de cinemas independentes (embora Porto Alegre seja a capital com mais salas independentes no país). Vou me referir especificamente ao Fumproarte, fundo municipal orçamentário que chegou em dado momento a financiar anualmente até 50 projetos culturais de pequeno porte, de produção local, abrangendo um volume significativo de discos, livros, espetáculos, filmes, etc., selecionados por critérios basicamente artísticos, por uma comissão formada por artistas e produtores, representantes da comunidade cultural, além de técnicos da SMC. Quando o estado deixa de garantir esses recursos, como ocorreu em 2016 e 2017 (com o pretexto de concentrar os recursos nas “prioridades” – saúde, educação e segurança), a alternativa que resta aos produtores desses projetos depende inteiramente da boa vontade e da conveniência de eventuais patrocinadores, quase sempre utilizando as chamadas leis de incentivo para promover o marketing de suas empresas. Dessa forma, um projeto que possa suscitar qualquer polêmica, como recentemente aconteceu com a exposição *Queer Museum*, no Santander Cultural, será visto como ameaça à marca do patrocinador, e em consequência rejeitado. Esse quadro restringe portanto a liberdade artística.

VII Seminário Observatórios: Pesquisa, Instituições e Sociedades nas Tramas da Crise

Fábio Cunha (Sated-RS): Com certeza não vivemos essa “liberdade total”. Eu enxergo a arte como uma ponta de lança da sociedade. Me parece que já se viveu situações semelhantes, previamente ao nazismo e ao fascismo. Começam a censura pela imprensa, artistas, sindicatos, etc. Quando eu falo em liberdade de expressão, é eu poder falar o que quiser, sabendo que não serei preso ao sair. Ou em outro exemplo, se um índio fosse convidado a vir aqui, teria que usar roupas. Quando vou a um supermercado, por causa da minha cor, sou objeto de atenção especial da vigilância. Fazem pouco mais de 30 anos que saímos de uma ditadura, o que é pouco tempo, mas acho que ainda não experimentamos a sensação de viver numa democracia plena. Quando estive em Londres, entendi que ainda não chegamos ao capitalismo. Lá, uma empregada doméstica compra um Apple à vista, e as pessoas acham estranho comprar comida com o cartão de crédito, ou ir à escola particular. Ainda estamos longe desse capitalismo democrático. Temos uma situação de apartheid em várias cidades, como no Rio e mesmo em Porto Alegre, onde pessoas que moram em favelas ou em certos bairros convivem com toque de recolher, seja da polícia ou do crime organizado, e não são bem vistas quando circulam nas zonas nobres da cidade, a não ser como empregados das famílias burguesas. Voltando ao caso de Caxias, o procedimento da polícia e do SAMU foram inadequados. Mesmo se se tratasse de um surto esquizofrênico, não se justificaria a violência. Cito também o caso de um malabarista que conhecemos em Porto Alegre e depois foi assassinado por uma discussão fútil, numa cidade no norte do país. Poderia citar também o debate ocorrido no encontro entre o Sílvio Santos e o Zé Celso Martinez, sobre a preservação do Teatro Oficina, em São Paulo. Ou o show do Caetano Veloso que foi proibido pela justiça, no acampamento do MTST em São Bernardo do Campo. São exemplos recentes. Estamos num momento de ameaça às liberdades. Talvez seja o caso dos artistas saírem do país, diante desse quadro. Devemos ficar atentos e temos a responsabilidade de estudar e debater os conceitos artísticos e políticos para não falar besteira.



Foto: ObservaSinos

As Diferenças Entre Líderes e Chefes e os Reflexos Dessas Posições

Manoella Treis ¹

Monica Duart ²

Resumo: A diferença de personalidades no ambiente empresarial é vasta e atualmente é necessário inteligência emocional e preocupações com as pessoas. Assim, buscando a partir do tema liderança, identificar as diferenças entre o líder e o chefe, através de suas ações e personalidades. Além disso, busca um olhar dos colaboradores de duas empresas sobre seus gestores e se é possível haver influência por parte de seus superiores.

Palavras-chaves: Liderança, Chefes, Líderes, Influência, Psicologia Organizacional.

Abstract: The difference of personalities in the business environment is vast and currently it is necessary emotional intelligence and concerns with people. Thus, seeking from the leadership theme, identify the differences between the leader and the boss, through their actions and personalities. In addition, it seeks a look from the employees of two companies about their managers and if it is possible to have influence on the part of their superiors.

Key words: Leadership, Boss, Leader, Influence, organizational psychology.

¹ Manoella Treis, estudante do Curso de Processos Gerenciais, trabalha como Bolsista de Iniciação Científica em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

² Monica Duarte, estudante do Curso de Processos Gerenciais, trabalha com vendas e administrativo em Dany'l indústria de Cosméticos.



Leia o texto na íntegra

Relato de experiência: Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), UERGS em São Francisco de Paula/RS

Patrícia Binkowski ¹
Aline Reis Calvo Hernandez ²
Rosmarie Reinehr ³

Resumo: O Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos) coaduna dois objetivos complementares: servir como observatório de políticas e ambiente e atuar como grupo de pesquisas contínuo cadastrado no Diretório do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), sendo seus 02 (dois) grandes campos de análise a política e o ambiente. No ObservaCampos parte-se de um prisma interdisciplinar reunindo docentes-pesquisadores, estudantes de mestrado e bolsistas de iniciação científica de diferentes áreas do conhecimento. Acredita-se que a formulação de teorias e explicações sobre os fenômenos sociais, políticos e ambientais precisa se estabelecer com base nas relações entre as diferentes disciplinas e na complementaridade das áreas quando entram em diálogo e, inclusive em confronto. Portanto, o ObservaCampos constitui-se como um espaço de sistematização e difusão de informações, dados, metadados e estatísticas oriundas de pesquisas que têm como objeto de investigação e análise as políticas e o ambiente. Para sistematização dos dados se adotam múltiplas metodologias, tanto qualitativas quanto quantitativas. O presente trabalho é um relato de experiência que objetiva apresentar e discutir a produção e a difusão do Observatório de Políticas e Ambiente (ObservaCampos), sediado na Unidade Universitária da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em São Francisco de Paula/RS desde junho de 2016.

Palavras-Chave: Observatório; Políticas; Ambiente; Repositório Digital.

Experience report: Observatory of Policies and Environment (Observa Campos), UERGS in São Francisco de Paula/RS

Abstract: The Observatory of Policies and Environment (ObservaCampos) has two complementary objectives: to serve as an observatory of policies and the environment and to act as a continuous research group registered with the Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), its 02 (two) main fields of activity are politics and the environment. At ObservaCampos we adopt an interdisciplinary prism that brings together researchers, masters students and fellows of scientific initiation from different areas of knowledge. It is believed that the formulation of theories and explanations about social, political and environmental phenomena needs to be established based on the relationships between the different disciplines and on the complementarity of the areas when they enter into dialogue and even in confrontation. Therefore, the observatory is a space to systematize and disseminate information, data, metadata and research statistics that aims to research and analyze the environmental policy in its different. For the systematization of data, multiple qualitative and quantitative methodologies are adopted. The present work is an experience report that aims to present and discuss the production and dissemination of Observatory of Policies and Environment (ObservaCampos), headquartered at the Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) in São Francisco de Paula/RS since June 2016.

Key Words: Observatory; Policies; Environment; Digital Repository.

¹ Professora Adjunta em Desenvolvimento Rural, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) Unidade Universitária em São Francisco de Paula. E-mail: patricia-binkowski@uergs.edu.br

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: alinehernandez@hotmail.com

³ Professora Assistente em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) Unidade Universitária em São Francisco de Paula. E-mail: rosmarie-reinehr@uergs.edu.br



Leia o texto na íntegra

Orçamento Participativo e a informação como um direito

Rodrigo Rodrigues Rangel

Sociólogo e Pesquisador do Observatório da Cidade de Porto Alegre

Liane Rose Reis Garcia Bayard das Neves Germano

Pedagoga e Pesquisadora do Observatório da Cidade de Porto Alegre

Resumo: Este texto tem como objetivo apresentar o processo do Orçamento Participativo (OP) de Porto Alegre desde sua implantação até seus 25 anos a luz da sistematização de indicadores e informações territoriais organizadas pelo Observatório da Cidade de Porto Alegre. Ressalta a importância da veiculação e disponibilização de informações através de diferentes formatos e ferramentas objetivando o empoderamento dos cidadãos, estudantes, lideranças e gestores nos momentos de decisão. Subsidiar o processo histórico do OP com dados direcionados para toda a população interessada vem sendo foco da governança local. Este avançado instrumento de democracia participativa é exemplo já disseminado pelo mundo todo ao longo deste período. Evidencia-se a necessidade constante de acompanhamento e estudo acerca de seus movimentos, fragilidades e influências atemporais, traduzindo a importância das análises de indicadores sociais para a percepção das diferenças e similaridades entre as necessidades territoriais específicas demandadas, como também auxiliar a percepção das desigualdades intraurbanas municipais entre as 17 Regiões do OP da cidade de Porto Alegre.

Palavras-Chave: Orçamento Participativo, Democracia Participativa, Informações, Indicadores.

Participatory Budgeting and information as a right

Abstract: This text aims to present the process of Participatory Budgeting (PB) of Porto Alegre since its implementation until 25 years the light of systematic indicators and territorial information organized by the Centre of the City of Porto Alegre. Emphasizes the importance of serving and providing information through different formats and tools aimed at the empowerment of citizens, students, leaders and managers in times of decision. Subsiding the OP of the historical process with data directed to all interested people has been the focus of local governance. This advanced instrument of participatory democracy is an example that has spread around the world over this period. Highlights the need for constant monitoring and study of their movements, weaknesses and timeless influences, reflecting the importance of social indicators analysis to the perception of differences and similarities between the specific territorial needs demanded, but also help the perception of intra-urban inequalities city among the 17 Regions of the OP in Porto Alegre.

Key Words: Participative Budget , Participative Democracy , Information , Indicators.



Leia o texto na íntegra

Diagnóstico Socioterritorial: Uma Construção Coletiva, Muitos Aprendizados – Experiência de Canoas - RS

Marilene Maia¹

Marlene Fiorotti²

Roberto Nascimento Junior³

Resumo: A Política de Assistência Social constituiu-se recentemente como política de proteção social no Estado Brasileiro e, para tanto, são apontadas necessidades para sua configuração e efetividade nos diferentes territórios e municípios brasileiros. A Vigilância Socioassistencial e o diagnóstico socioterritorial compõem sua viabilização. A experiência de um município gaúcho ampliou esta materialização a partir da relação entre Prefeitura, Universidade e População. A elaboração foi marcada pela sistematização do Mapa Falado que deu vistas às realidades vividas e realidades sonhadas pela população, além de visibilizar a importância dos processos de formação permanente e continuada como estratégias de afirmação da política. O relato desta experiência poderá potencializar a materialização da Política de Assistência Social e da democracia brasileira, que apresenta desafios que crescem nos cenários contemporâneos.

Palavras-Chave: diagnóstico socioterritorial, participação, proteção social, democracia.

Abstract: Social Assistance Policy was recently as social protection policy in the State and therefore are pointed to your configuration requirements and effectiveness in different territories and Brazilian municipalities. To give social assistance Surveillance and diagnosis socioterritorial compose your viability. The experience of a municipality of Rio Grande do Sul has expanded this materializing from the relationship between city and University Population. The development was marked by the systematization of the Map said gave views lived realities and realities dreamt of by the population, in addition to visualize the importance of ongoing formation processes and continued as affirmation of political strategies. The account of this experience can enhance the materialization of the Policy of Social Assistance and of brazilian democracy, which presents challenges that grow on contemporary scenarios.

Key Words: socioterritorial diagnostic, participation, social protection, democracy.

¹ Marilene Maia, doutora em Serviço Social, professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, coordenadora do Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Sinos.

² Marlene Fiorotti, assistente social, doutoranda em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica - PUCRS, funcionária pública na prefeitura de Viamão RS- Serviço de Vigilância Socioassistencial e formação permanente.

³ Roberto Nascimento Junior, graduando em Gestão Pública, funcionário público na prefeitura de Canoas, RS - Departamento de Vigilância Socioassistencial.



Leia o texto na íntegra

A crise ambiental na sociedade de risco

Bruno de Lima Silva¹
Dr. André Rafael Weyermüller²

Resumo: O presente ensaio tem por objetivo analisar a questão da crise ambiental na sociedade contemporânea. Nesse sentido, as ideias de Niklas Luhmann sobre a teoria dos sistemas e a Sociedade de Risco formulada por Ulrich Beck são as principais bases teóricas. A presente pesquisa utilizou-se da Teoria dos Sistemas Autopoiéticos de Niklas Luhmann. Percebe-se a complexidade da sociedade contemporânea em todos os seus sistemas sociais, especialmente sob a égide ambiental. Os resultados parciais apontam que a degradação ambiental está ocorrendo de forma acentuada. O processo de globalização e a maximização da produção industrial auxiliaram nesse processo. A sociedade atual encontra-se dentro do conceito de Sociedade de Risco, onde os riscos tornaram-se imprevisíveis e transfronteiriços. O sistema do Direito é fundamental nesse processo, atuando de forma protetiva, norteadora e sancionatória. Contudo, não busca-se criar um modelo ou sistematizar uma solução para a crise ambiental, mas sim aprofundar o diálogo sobre as questões ambientais e suas consequências para a atual e futura geração.

Palavras-Chave: Ambiente; Direito; Sistema Sociais; Sociedade de Risco.

The environmental crisis in the risk society

Abstract: This essay aims to analyze the issue of the environmental crisis in contemporary society. In this sense, the ideas of Niklas Luhmann on the theory of systems and the Society of Risk formulated by Ulrich Beck are the main theoretical bases. The present research was based on Niklas Luhmann's Theory of Autopoietic Systems. The complexity of contemporary society is perceived in all its social systems, especially under the environmental aegis. The partial results indicate that environmental degradation is occurring in a marked way. The process of globalization and the maximization of industrial production aided this process. The current society is within the concept of Society of Risk, the risks in turn have become unpredictable and cross-border. The right in turn is fundamental in this process, acting in a protective, guiding and sanctioning way. However, we did not seek to create a model or systematize a solution to the environmental crisis, but what was intended was to deepen the dialogue on environmental issues and their consequences for the current and future generations.

Key Words: Environmental Crisis; Right; System; Society of Risk.

¹ Acadêmico do Curso de Direito da Universidade FEEVALE. Atualmente Bolsista de Iniciação Científica na mesma instituição. E-mail: brunolima.ambiental@gmail.com.

² Pós-Doutor em Direito pela PUC/Rio. Doutor e Mestre em Direito pela UNISINOS. Especialista em Direito Ambiental pela FEEVALE. Pesquisador e Professor da Graduação e Pós-Graduação na Universidade FEEVALE e UNISINOS. E-mail: andrerw@feevale.br.



Leia o texto na íntegra

O PIB e o mercado de trabalho informal

Matheus Nienow

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Angélica Massuquetti

Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia da Unisinos

Resumo: O Produto Interno Bruto (PIB) é um indicador de crescimento econômico do sistema de mercado capitalista. É composto pela agregação de diversas atividades econômicas. Da mesma forma, diversas atividades são excluídas do cálculo do indicador. O mercado de trabalho informal é parcialmente excluído. No entanto, este segmento representa parte significativa da economia brasileira.

Palavras-Chave: Crescimento Econômico, Indicador, PIB, Limites, Trabalho Informal.

GDP and the informal labor

Abstract: The Gross Domestic Product (GDP) is an indicator of economic growth of the capitalist market. Several economic activities mold this indicator. Likewise, many other activities do not count to the estimation. The informal work market is partly excluded. However, this segment stands for a considerable share of Brazilian economy.

Key Words: Economic Growth, Indicators, GDP, Insufficiencies, Informal Labor.



Leia o texto na íntegra

Uma análise da indústria de transformação no corede Vale do Rio dos Sinos a partir do quociente locacional

Monique Fernandes Pereira Carvalho
Murilo Máximo Santana Borges
(Estudantes do Mestrado em Economia pela Unisinos)

Resumo: O objetivo desse trabalho foi analisar o nível da especialização produtiva - em relação ao número de estabelecimentos e de empregos - do COREDE Vale do Rio dos Sinos, no setor da indústria de transformação, no período 2008-2015. Para isso foram utilizados dados da FEE Dados (dos setores do CNAE 2.0 - de 01 a 21) e o cálculo do Quociente de Localização (QL). Com esses dados, foi possível observar que a indústria de transformação no COREDE é um pólo de especialização em relação ao Rio Grande do Sul tanto no número de estabelecimentos com vínculos empregatícios ativos na Indústria de Transformação quanto no número de vínculos empregatícios ativos.

Palavras-Chave: indústria de transformação; especialização; COREDE; QL.

An analysis of the processing industry in the corede Vale do Rio dos Sinos from the locational quotient

Abstract: The objective of this study was to analyze the level of productive specialization - in relation to the number of establishments and jobs - of COREDE Vale do Rio dos Sinos, in the sector of the manufacturing industry, in the period 2008-2015. For that, data from the FEE Dados (from the sectors of the CNAE 2.0 - from 01 to 21) and the calculation of the Localization Quotient (QL) were used. With these data, it was possible to observe that the transformation industry in COREDE is a pole of specialization in relation to Rio Grande do Sul both in the number of establishments with active employment links in the Manufacturing Industry as in the number of active employment links.

Key words: manufacturing industry; specialization; COREDE; QL.



Leia o texto na íntegra

Informação e Formação para Intervir e Transformar A Realidade: A Experiência do Observasinos

Marilene Maia¹
Carlos Schonardie²
Daiane Casagrande³
João Conceição⁴
Lucas Schardong⁵
Nadine Steffen⁶
Thaís Ramirez⁷

Resumo: Os Observatórios têm se constituído como instrumentos, ferramentas e tecnologias sociais de potencialização da democracia no Brasil, seja pela gestão de suas experiências, seja pela incidência na sociedade, na política, na cultura, na economia e nas políticas públicas. Conhecer, analisar e potencializar criticamente estas instâncias e suas redes impõe-se como mediação para a análise e afirmação da democratização da democracia. Este artigo tem como objetivo apresentar o Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos - ObservaSinos como uma ferramenta e, ao mesmo tempo, tecnologia social⁸ potencializadora da (in)formação para a cidadania, a partir da aproximação analítica e crítica de diferentes indicadores sobre as realidades e respectivas políticas públicas na região do Vale do Rio dos Sinos.

Abstract: The observatories have as a component, tools and social technologies to strengthen democracy in Brazil, by managing their experiences, such as the Internet, politics, culture and economy and public policies. To know, analyze and critically potentiate these instances and their networks as a mediation for an analysis and affirmation of the democratization of democracy. This article aims to present the Observatory of Reality and Public Policies of the Rio dos Sinos Valley - ObservaSinos as a tool and at the same time, a social technology that enhances the formation of citizenship, based on the analytical and critical approach of different indicators on how realities and respective public policies in the Vale do Rio dos Sinos region.

¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

² Graduando em Serviço Social na Unisinos.

³ Graduanda em Administração na Unisinos.

⁴ Graduando em Ciências Econômicas na Unisinos.

⁵ Graduando em Jornalismo na Unisinos.

⁶ Graduanda em Ciências Econômicas na Unisinos.

⁷ Graduanda em Jornalismo na Unisinos.

⁸ O Brasil passou a adotar o termo "Tecnologia Social" somente em 2005 para definir produtos, técnicas e metodologias replicáveis desenvolvidas juntamente com a comunidade e que represente soluções para transformações na sociedade. Segundo Barreto e Piazzalunga (2012), "esse conceito implica numa abordagem científica e tecnológica bastante inovadora, principalmente porque coloca a comunidade como parte ativa no processo de pesquisa, deixando de ser apenas mera beneficiária".



Leia o texto na íntegra

Análise da contribuição de uma política pública no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Território Rural Litoral no Rio Grande do Sul

Igor Kuhn¹

Daniela Kuhn¹

Jenifer Ramos^{1, 2}

Brizabel Rocha^{1, 3, 4}

Ricardo Silva Pereira Mello⁵

Gabriela Coelho-de-Souza^{1, 4}

Resumo: Objetivo: O trabalho objetivou apresentar a dinâmica das Câmaras Temáticas do Território Rural Litoral do Rio Grande do Sul e avaliar sua contribuição no cumprimento dos ODS. Verificou-se que, dentre as 08 Câmaras Temáticas, 03 delas são mais ativas entre os anos de 2015 a 2017, estando alinhadas a 10 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Território Rural Litoral, Segurança Alimentar e Nutricional; Guarani; populações tradicionais

Abstract: Objective: The objective of this study was to present the dynamics of the Thematic Chambers of the Território Rural Litoral of Rio Grande do Sul and to evaluate their contribution to the fulfillment of the ODS. It was verified that, among the 08 Thematic Chambers, 03 of them are more active between the years 2015 to 2017, being aligned to 10 of the 17 Sustainable Development Objectives.

Keywords: Território Rural Litoral, Food and Nutrition Security; Guarani; traditional populations

¹ Núcleo de Estudos em Segurança Alimentar e Nutricional, Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural;

² Programa de Pós Graduação em Zoologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

³ Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial UFRGS (NEDET),

⁴ Assessoria do Território Litoral;

⁵ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Unidade de Tapes



Leia o texto na íntegra

Servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul: elementos para o debate

Róber Iturriet Avila¹
João Santos Conceição²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as alterações no quadro dos servidores públicos ativos e inativos do Estado do Rio Grande do Sul entre 1991 e 2016. Uma das conclusões, a partir da verificação dos dados, é a redução expressiva do número de vínculos de servidores públicos ativos do Estado. A hipótese aventada é que a diminuição do contingente de servidores possui relação com o desalento monetário, uma vez que, nas áreas com menores salários, há maior saída voluntária do serviço público. Essas mudanças ocorrem no momento em que há uma crise nas finanças públicas, sinalizando uma possível redução dos serviços públicos.

Palavras-chave: servidores públicos; serviços públicos; Rio Grande do Sul

Abstract: This article aims to analyze the changes in the groups of active and inactive public servants of the State of Rio Grande do Sul between 1991 and 2016. From the analysis of the data studied, one of the conclusions drawn is that there was a significant reduction in the number of active servants in the state. It is suggested that the decrease in the total number of servants is related to monetary discouragement, since the resignation rate is higher in the areas with lower wages. These changes occur along with a serious crisis in public finances and indicate a possible reduction of public services.

Keywords: public servants; public services; State of Rio Grande do Sul.

¹ Doutor em Economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS.

² Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).



Leia o texto na íntegra

VII SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS

Pesquisas, Instituições e Sociedade nas **Tramas de Crise**

Para conferir demais **vídeos** e **fotos** do evento, clique nos ícones abaixo

